

A MICRO-HISTÓRIA E A LITERATURA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR OS SENTIDOS DO TEXTO

Marcos Felipe Vicente¹
Nataly Pinho Chaves²

Resumo: As linhas de pensamento homogeneizantes, como os estruturalismos e o marxismo, exerceram grande influência nas ciências humanas até a década de 1970, na história, na sociologia e mesmo na crítica literária. Essa tendência levava ao estabelecimento de ideias gerais que seriam pressuposto da ação e da interpretação humanas em cada época, sendo toda construção cultural apenas reflexo de um modelo geral. Dentre diversas críticas a esse modelo analítico, a micro-história surgiu como possibilidade de pensar ações individuais ou de pequenos grupos como construtora de significados próprios em contextos distintos. Neste breve artigo, analisam-se as contribuições da micro-história para a teoria literária pensar os sentidos dos textos, como resultado das suas múltiplas possibilidades de produção. Para tanto, tomou-se como referência uma análise de Antônio Cândido ao romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo.

Palavras-chaves: micro-história; teoria literária; literatura.

THE MICRO-HISTORY AND LITERATURE: CONTRIBUTIONS TO THINK THE TEXT MEANING

Abstract: The lines of homogenizing thought, as structuralisms and Marxism, have exercised great influence in the humanities to the 1970s, in history, sociology and even literary criticism. This trend led to the establishment of general ideas that would assumption of human action and interpretation in every age, and every cultural construction only reflection of a general model. Among several criticisms of this analytical model, the micro-story emerged as a possibility to think individual actions or small groups as construction of own meanings in different contexts. In this short article, we analyze the contributions of micro-history to literary theory to think the way the texts as a result of its multiple production possibilities. Therefore, it took as a reference Antonio Cândido analysis to the novel *O Cortiço*, by Aluísio Azevedo.

Keywords: micro-history; literary theory; literature.

Deus está no particular.

G. Flaubert

A epígrafe não dá só beleza a este ensaio. Sua importância se faz por ser uma frase representativa de um dos rastros que compõem a história da micro-história. Aby Warburg, historiador de arte, a tinha como mote de seu trabalho intelectual e sua presença é uma das

¹ Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense. Professor da Rede Pública Estadual do Ceará. Pesquisador do grupo Sociedade e Cultura no Brasil Oitocentista (SEBO) - UFC.

² Mestranda em Literatura (UFC). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

marcas de abertura de uma das mais interessantes linhas historiográficas da atualidade para se pensar a produção literária, como se tentará demonstrar aqui.

É pressuposto deste trabalho que as relações construídas entre a teoria literária e a história (junto à filosofia e à hermenêutica), ao longo do tempo, encontram, na micro-história, estreitamentos que aprofundam as relações e também as tentativas de discernimento entre os universos e objetos destas ciências, de modo a reconstruir não só as noções sobre cada uma, mas também revisitar criticamente o emprego social da “autoridade” que elas impõem e seu valor político, fazendo questionar, consequentemente, histórias oficiais, processos de criação e uso da palavra pelos sujeitos.

Entendendo que, no Brasil especialmente, a teoria literária forjou-se junto a dois pilares historiográficos distintos, o marxismo (mais tarde ligado à história social e a crítica dialética) e a “Escola do *Annales*” (que, mais tarde, com o desenvolvimento da *Nova História Cultural* estaria mais alinhada às ideias pós-modernas); pretende-se aqui esboçar uma leitura da micro-história como possibilidade de renovação do modo de pensar a teorização literária, na medida em que não se limita a uma análise do contexto enquanto determinante da escrita, nem acredita na total desvinculação do texto ao seu autor e ao seu meio, propondo uma análise que varia, propositalmente, a escola de observação, buscando inferir o contexto e suas possibilidades de escrita criativa.

Enquanto perspectiva dos estudos históricos que vem ganhando notoriedade, principalmente a partir da década de 1980, em grande parte por conta das obras de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, a micro-história precisa ser aqui contextualizada de modo que seja demonstrado seu potencial contributivo para a empreitada em questão. Para tanto, é relevante ressaltar que:

[...] a sofisticada discussão historiográfica, sobretudo na França (com os *Annales*) e na Inglaterra (com a história social marxista britânica), aparecia como horizonte a seguir e o modelo historiográfico ante o qual se posicionar de algum modo. Diante desse panorama, a micro-história surge simultaneamente como resultado e como reação no debate italiano sobre a história[social] de início dos anos 1970. (LIMA, 2009, p. 136)

Não cabe aqui a descrição de todas as diferenciações (que são muitas e por vezes sutis) entre a micro-história e as correntes historiográficas que a antecederam nos séculos XIX e XX. Porém, é importante destacar o fato de que ela apresenta uma proposta de análise do

universo “microscópico”, ou seja, pela sua proposta de investigação das particularidades, dos indivíduos, das experiências.

Isto faz pesar, sobre esta vertente histórica, dúvidas prementes sobre o objetivo da história enquanto ciência e seus métodos. De certo modo, Wilhelm Dilthey (1833-1911) já havia antecipado, em sua hermenêutica, problemas que seriam retomados no futuro pela micro-história quando, opondo-se diretamente a Auguste Comte (1798-1857), defendeu que “o conhecimento seria construído a partir da experiência vivida pelo indivíduo e, desta forma, obedeceu à tese neokantiana³ de que o conhecimento se constrói a partir da ação do sujeito sobre a realidade, sobre o objeto” (ZAGNI, 2012, p. 8) e por isso:

[...] começava a surgir fortemente, a partir dessa distinção primordial, uma História não demonstrativa, como disciplina, passando a representar a apreensão das diferenças do Homem ao longo do devir histórico. O que passa a interessar à História, então, é que os fatos não se repetem, ocorrendo exatamente a impossibilidade de predição, e, sendo assim, seriam as diferenças, e não as similaridades, os objetos do historiador. (ZAGNI, 2012, p. 8)

Temos, como consequência disto, o questionamento do “conteúdo” das palavras ligadas aos discursos, de qualquer campo do conhecimento, que se autoproclamem universalizantes, uniformizantes do sentido humano e social, redentores da humanidade pela via materialista, teológica ou teleológica. O indivíduo e seus rastros, seus indícios — só *a posteriori* ligados à classe, à etnia, à sociedade — com toda sua gama de repertórios objetivos e subjetivos em conflito, são o objeto da história. A ciência histórica, deste modo, desfaz-se da tarefa de justificar, com base em um passado “comprovado”, as necessidades hodiernas dos sujeitos, expressando muito mais o modo como cada um exercita sua autonomia, dentro do quadro de possibilidades de sua época. Não busca, por outro lado, como talvez proposto do Dilthey, compreender as experiências passadas, apreendendo suas experiências concretas e vividas no passado. Ao invés de interferir socialmente com seu pretense “produto acabado” de pesquisa ou servir ao Estado enquanto instrumento estabilizador da sociedade, a micro-história indica a necessidade do diálogo entre as partes obscurecidas do passado e as obscurecidas e/ou ativas do presente, como já propusera Marc Bloch, buscando sempre estabelecer uma relação entre contexto e experiência. Estas partes não são somente os

³Nas origens do neokantismo, procura-se superar tanto o positivismo, o materialismo, como também o romantismo dos pós-kantianos, visando destruir as interpretações errôneas do kantismo mediante uma consideração crítica da ciência e uma fundamentação gnoseológica do saber (BRITO, 1997, p. 15).

indivíduos, mas também seus conteúdos e dúvidas, seu potencial de articulação intelectual, histórica e simbólica.

As complicações políticas advindas de tal projeto já eram, de certa forma, antevistas por Burckhardt (1818-1897), que muito deixou de contribuição para importantes precursores da micro-história, como Delio Cantimori (1904-1966) e, depois deste, seu aluno, o próprio Carlo Ginzburg:

A ganância, principal motor da cultura hodierna, postula já, em prol do comércio pelo menos, a criação do Estado universal. Contra esta aspiração, porém, se insurgem ativamente o espírito nacional dos povos e seus vivos sentimentos de autonomia política. De vez em quando manifestam-se murmúrios abafados referentes à descentralização, *self-government*, simplificações à maneira americana e coisas semelhantes. [...] A conclusão final é inevitável: num período qualquer será reestabelecida, fatalmente, a desigualdade inata dos seres humanos. Mas só os deuses sabem por que dificuldades passarão, até lá, o Estado e o conceito que dele se tem. (BURCKHARDT, 1961, p. 141-142)

Enquanto, para o historiador marxista mais ortodoxo, a história seria parte do projeto conscientizador da luta de classes, o historiador positivista pretendia escrever a história com isenção científica e, para isso, fazia uso de documentos para afirmar a realidade como algo livre da sua posição política ou ideológica. Apesar da grande contribuição dos chamados positivistas em relação ao trato documental e da ampla aceitação da necessidade imprescindível dos documentos na escrita da história, há, hoje, plena consciência por parte dos historiadores que as fontes, longe de serem neutras, são, também, carregadas das intencionalidades daqueles que a produziram. Já para o historiador que toma a micro-história como parâmetro de análise, a história é resultado da articulação entre as ações humanas, os sentidos atribuídos e os contextos nos quais estão inseridos, variando à medida que qualquer um dos elementos varia. Não há, portanto, grandes estruturas ou teleologias da história, o que leva a uma constatação, há muito, internalizada pelos historiadores do século XX: a verdade histórica não é absoluta e suas conclusões são sempre sensíveis.

Na micro-história, essa perspectiva passa por uma aproximação da histórica com a antropologia, embora mantendo sempre uma postura crítica em relação ao estruturalismo antropológico:

A aproximação com a antropologia proposta ali [nos *Quaderni Storici*], deveria ser mediada pela necessidade de explorar essas sociedades não como estruturas estáticas, mas como um complexo em movimento. Não é por acaso que Grendi e outros historiadores italianos que pensavam os termos do debate voltavam-se para a Inglaterra em seu diálogo com a antropologia. A desconfiança em relação ao

estruturalismo, e ao funcionalismo, que também caracterizava parte dos debates da disciplina na Inglaterra, levava a uma busca por outros quadros de compreensão da sociedade que não se construíssem sobre modelos de equilíbrio. (LIMA, 2006, p. 110)

Essa recusa das grandes estruturas e, conseqüentemente, de uma história homogeneizante, traz de volta ao campo da história um estilo de escrita que havia sido amplamente criticada no início do século XX, tendo sido deixada um pouco de lado: a narrativa. Mas, desta vez, a narrativa se apresenta como forma de evidenciar tanto as estruturas quanto as relações sociais dinâmicas que estão presentes na sociedade. Peter Burke propõe “densificar” a narrativa a partir de uma análise interpretativa, considerando a contribuição de Clifford Geertz, “para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos e das intensões conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas – instituições, modos de pensar etc. – e se elas atuam como um freio ou acelerador para os acontecimentos” (BURKE, 1992, p. 339).

A fantasia e a ficção, inevitavelmente presentes na escrita historiográfica, ao mesmo tempo em que foram combatidas pelos historiadores metódicos, ditos positivistas, acabou por auxiliar o molde positivista ideal da redação historiográfica, ou seja, colocar os acontecimentos em uma uniformidade causal, em uma narrativa linear, dando ao discurso histórico uma coerência interna, uma “*verossimilhança*”, uma ilusão de decifração do passado pela completude do texto e uma previsibilidade do futuro dada por classificação apriorística de sociedades, grupos ou classes, a partir da catalogação de ações de grandes personagens sociais, do Estado e do que se podia comprovar pelo resguardo documental. Tudo isto criado a partir da ótica externado historiador, que se pretendia neutro aos fatos.

Em oposição a esta prática histórica, quando Carlo Guinzburg escreve *O queijo e os vermes*, ele está munido de documentos da Inquisição que registravam a fala, a expressão de Menocchio, conseguindo explicitar, assim, os *novos sentidos* atribuídos por este incomum personagem histórico ao discurso teológico dominante no séc. XVI. Apesar de ater-se a uma rigorosa análise documental, herança incontestada da escola metódica de Ranke, a escrita micro-histórica apresenta uma nova dimensão da história, problematizando as múltiplas interpretações da realidade (sentidos), produzidas pelos indivíduos, que não estariam, necessariamente, inseridas naquilo que os historiadores dos *Annales* chamaram de “o espírito de seu tempo”. A esse respeito, por exemplo, Giovanni Levi comenta, de forma crítica, um

estudo do historiador francês Daniel Roche, sobre a vida de um mestre vidreiro do século XVIII chamado Jacques-Louis Ménétra:

Que faz Daniel Roche em sua grande introdução? Seleciona tudo o que considera típico dos mestres vidreiros dos séculos XVIII e XIX. Isso é mais que uma falsificação. É uma operação inútil, porque é a renúncia à prática da História como ciência. A História como ciência propõe perguntas gerais que surgem no local e que sempre devem ter respostas diferentes. (LEVI, 2014, p. 2)

Essa abordagem traz à compreensão a ideia de que o homem ordinário também constrói seus próprios sentidos para o mundo e, dessa forma, constrói sua própria realidade. Isso se dá porque a relação do objeto com o contexto é alterada, na medida em que este deixa de servir para apresentar, ou mesmo explicar, o recorte, passando para uma situação inversa, em que os contextos são construídos a partir da observação dos fatos:

O que é proposto [...] é construir a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados. Reencontramos neste ponto, é claro, o problema das escalas de observação. Ele está sendo, a meu ver, objeto de uma drástica revisão. (REVEL, 1998, p. 27)

Nesse sentido, reduzir a escala é mudar o que se está procurando. As respostas que a microanálise oferece são diferentes daquelas obtidas com a macroanálise. São, pois, perspectivas diferentes de pesquisa, respondendo a questões específicas, cada uma a seu modo.

Sabe-se, porém, que a própria possibilidade de captura de uma escrita sobre a gama de criações de cada sujeito é excepcional para o historiador. Desse modo, importa que os sujeitos empreendam, de algum modo, uma leitura e uma atitude (escrita, comportamental) que configure uma postura historicamente interpretável. Essa perspectiva, já abraçada pela Nova História Cultural, principalmente a partir dos escritos de Chartier e seus adeptos, apresentou um novo campo de análise para a História. Sofrendo uma forte influência francesa, a partir da grande entrada de seus textos na Itália, a micro-história se abre para esse tipo de estudo, como o estudo de Menocchio desenvolvido por Ginzburg, e, dessa forma, convida os estudos literários à participação no debate. A literatura seria, para a micro-história, o rastro (ou registro) de um processo material e simbólico de construção histórica individual com irradiações sociais, e não um produto social, resultado único e inevitável, que corrobore para confirmação de teses gerais sobre uma sociedade ou país em determinada época. Na mudança de perspectiva proporcionada pela micro-história, a literatura poderá, em seu corpo, o texto,

ser reconsiderada. Deixa-se de integrá-la a um conjunto de documentos comprobatórios de uma versão histórica para abrir-se às possibilidades interpretativas do texto, porque não tem pretensões historicistas racionais e/ou unificadoras (a não ser enquanto projeto social, como o foi o Romantismo e o Realismo brasileiros, ainda que consideremos seus “furos”, como a mitologização da figura indígena em José de Alencar ou o fantástico narrador-defunto em Machado de Assis, por exemplo⁴). A ficção não é mais apenas um apoio discursivo à legitimação da história, pois, como produção estética ligada a várias experiências culturais e fomentadora de tensões entre realidade e idealização social, ela é a contradição acrescentada à formulação mais complexa e honesta da história. A *palavra* e a *linguagem* são, literária e historicamente, flagradas como *objetos* e *agentes* históricos desviantes da narrativa histórica totalizante⁵ por serem, elas mesmas, eivada de sentidos, por vezes contraditórios, herdados dos vários usos discursivos feitos delas no decorrer da história.

É tão desafiador quanto possível arriscar uma exemplificação de análise literária com pendor micro-histórico, opondo-a a um discurso crítico de Antônio Cândido, um dos expoentes da crítica dialética brasileira, ao que se propõe. Com crítica literária fortemente ligada à militância política e assumido pendor sociológico, o crítico é aqui trazido à discussão por representar a vertente de análise literária marxista que, em oposição ao domínio da influência historiográfica eurocêntrica e da chamada crítica impressionista, expressas por estudiosos anteriores a ele; tratou da literatura do Brasil a partir de uma percepção da realidade brasileira amparada por noções também homogeneizantes da percepção histórica (luta de classes, dominação cultural e socioeconômica etc), próprias das abordagens de sua linha de estudo, das quais ele é, também no Brasil, um dos maiores preconizadores. Em “Duas vezes ‘a passagem do dois ao três’”, o autor enumera relações entre literatura e sociedade da seguinte maneira:

[...] (1) há um vínculo entre a produção do texto e a sociedade a que pertence o autor; (2) este vínculo consiste basicamente na possibilidade de exprimir os traços desta sociedade, fazendo do texto uma representação especial da realidade exterior; (3) ao passarem de “fato” a “assunto”, os traços da realidade exterior se organizam num sistema diferente, com possibilidades combinatórias mais limitadas, que denota sua dependência em relação à realidade; (4) há, portanto, uma deformidade criadora,

⁴ A mitologia tem caracteres fantásticos e foi, por muito tempo e principalmente na Grécia Arcaica, o modo de fazer história e ligar a poesia a valor de verdade e memória, explicando os acontecimentos e as origens do povo. Pode-se pensar, portanto, que se a micro-história concebe o fenômeno estético como um dos componentes da história, teria-se um método de investigação histórica que admitiria a importância do ato criativo e do “irreal” na produção histórica, porém sem a “intervenção dos deuses”. Cf. DETIENNE, 2003.

⁵ Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011.

devida à tensão entre o desejo de reproduzir e o desejo de inventar; (5) esta deformação depende em parte da discrepância entre o intuito e a atuação de forças por assim dizer mais fortes do que ele, que motivam a constituição de um subsolo debaixo da camada aparente do significado; (6) tais forças determinantes se prendem, sobretudo às estruturas mentais dos grupos e classes sociais a que o autor pertence, e que se caracterizam por um certo modo de ver o mundo; (7) o elemento individual puxa a expressão estética para um lado, enquanto o elemento social puxa eventualmente para outro o significado profundo, diversificando o texto verticalmente e dando-lhe uma profundidade que obriga a complementar análise estética pela análise ideológica; (8) na medida em que a superfície aparente do texto é sua organização formal, a sua camada estética propriamente dita, ela comanda o trabalho analítico sobre a camada profunda, que só se configura através dela, mas que por sua vez a esclarece, de torna-viagem. [...] Com efeito, se tivermos uma concepção totalizadora, qualquer análise adequada da forma termina por recuperar o conteúdo; e qualquer análise adequada do conteúdo termina por recuperar a forma. (CÂNDIDO, 2002, p. 55-56)

Torna-se claro que a adesão ideológica do crítico literário ao materialismo dialético dará a suas análises uma “concepção totalizadora”, o que ele mesmo, ao fim do fragmento citado, assume que define resultados.

Esta compreensão da tarefa crítica vai resultar, no texto de Cândido sobre o romance *O cortiço*, “De cortiço a cortiço”, por exemplo, em um “interesse analítico [que] se volta para um problema de filiação de textos e de fidelidade aos contextos” (p. 124), um entendimento do romance como produto passivo do que o crítico entende como o meio em que a obra está, sem ênfase aos componentes capazes de mostrar a diferenciação do olhar que narra, ou da própria narrativa, ao que poderia tornar o romance “azevediano”. Isso obscurece, de pronto, a particularidade que se preserva a todo escritor: o *estilo*. O enredo é exaustivamente explorado como exemplificação das relações opressoras expostas pela fundamentação sociológica marxista, com atenções maiores dadas ao projeto de ascensão social feito pelo protagonista João Romão e aos “problemas de raça” e, ainda, pretendendo indicar o cortiço como “alegoria do Brasil” (p. 137).

Pode-se questionar, a partir daí, que, embora Aluísio Azevedo possa ter atendido a um consenso determinista construído cientificamente pelo meio intelectual brasileiro, o romance oferece também uma rica diferenciação de relações entre indivíduos, o que faz oposição às noções de “classe” e “raça” — que o próprio Cândido reconhece não ser estáveis —, uniformizadas pela pobreza e pelo teor animalesco dos comportamentos dos personagens. Além disso, o uso do discurso direto concede uma expressão própria aos personagens principais e secundários, oferecendo ao leitor uma verificação de conteúdos atitudinais — e aqui a violência e o sexo não reduzem o sujeito à desqualificação — de cada figura criada

pelo escritor do romance. Sem mencionar que o enredo desconstrói a ideia de que o trabalhador não tenha ou possa ter uma consciência burguesa.

A micro-história, por guardar em si a compreensão de uma história contada com foco no específico, no individualizado, indicaria, para a análise de *O cortiço*, a atenção do teórico literário em assistir à composição de *todos* os personagens do romance e, ainda, suas redes, os princípios e fins de suas relações e a importância de, no romance, toda esta malha social aparecer como tramas paralelas reconstrutoras de valores, compondo diferenciações de um cenário específico e único, localizado espaço-temporalmente pelo próprio Aluísio Azevedo: a capital do Rio de Janeiro no século XIX. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer o contexto no qual o autor produz seu material, suas filiações políticas e sociais, enfim, o lugar social de onde fala. Essa é uma das grandes propostas da micro-história: variar do texto ao contexto e de volta ao texto, a fim de identificar os possíveis sentidos dos fatos ou das coisas. Partindo desta orientação, Rita Baiana, que costuma ser mais associada à sua sensualidade e à animalização, poderia ser elucidada em outros aspectos, como suas concepções libertárias. No romance, por exemplo, ela compartilha com outras mulheres sua visão sobre o casamento: “Casar? [...] Nessa não cai a filha de meu pai! Casar? Livra! Para quê? Para arranjar cativo? Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava! Nada! Qual! Deus te livre!” (AZEVEDO, 2005, p. 35). Nesse caso, faz-se necessário um estudo histórico contextual para perceber as existências desses discursos entre os grupos sociais apresentados, ou ainda, e talvez o mais importante, o crítico/historiador devesse problematizar o porquê de tais palavras serem associadas à Rita baiana. Certamente, a validade de tais afirmações dificilmente poderia ser comprovada, mas esse procedimento analítico ampliaria o leque de interpretações possíveis do pesquisador.

A mudança de ângulo analítico tem resultados expressivos. Primeiramente, por não fazer da história, da ciência e da teoria literária um instrumento estereotipista — e, portanto, de exclusão/divisão humana. Depois, por não comprometer a literatura, inserindo-a em uma trama de objetos reprodutores de valores, como se não houvesse outras opções possíveis fazendo-a perder seu valor artístico e antitético (ou negativo) *na* história. Por último e não menos importante, por dar à literatura a oportunidade de oferecer uma *percepção estética que terá consequências históricas* nos leitores, as quais somente eles poderão, por fim, definir⁶.

⁶ A soberania estética da literatura não é [...] o reino da ficção. É, ao contrário, um regime de indistinção tendencial entre a razão das ordenações descritivas e narrativas da ficção e as ordenações da descrição e

Sendo assim, é plausível imaginar que a fala de Rita Baiana já existisse na formulação e atualização ideológica das mulheres da época ou, se essa fala foi pura fabulação do autor, é possível que ela tenha repercutido tacitamente na desconstrução da instituição do casamento em textos literários posteriores (de *Memórias Póstumas...*, de Machado, até hoje) e, historicamente falando, no feminismo que teve, no Brasil, suas primeiras manifestações justamente a partir do fim do século XIX, período onde também podemos situar *O cortiço*.

Os pressupostos de Cândido podem ganhar, então, as seguintes alterações: (1) a produção do texto é tão estrutural à sociedade quanto o autor e o indivíduo; (2) esta estrutura faz do texto um elemento da realidade; (3) sendo o “texto” um “fato”, a realidade se reorganiza num sistema diferente, com possibilidades combinatórias ilimitadas, o que denota sua nuclearidade em relação à realidade; (4) há, portanto, uma atividade criadora, devida à tensão entre a realidade e o desejo de reinventá-la; (5) esta criação é feita da relação entre o intuito e a linguagem, que constitui significado; (6) tais forças de relação se expressam no discurso de grupos e indivíduos como o autor, que se caracteriza por um certo modo de ver o mundo; (7) o indivíduo concentra em si a expressão estética individual e a social, diversificando seu texto perante outros textos, vertical e horizontalmente, dando-lhe uma profundidade que obriga as ideologias e teorias à reconfiguração; (8) na medida em que o texto é sua organização formal e estética propriamente dita, ela é base do trabalho analítico sobre si mesma e o que a envolve. Com uma concepção fragmentária, qualquer análise da forma de um texto será uma interpretação aplicável somente a ele, e a irradiação destes textos e estudos será mensurada somente na medida em que a análise e o estudioso torná-la possível, despiando seu discurso das categorizações prévias.

Pondera-se, com isso, que o tipo de análise de Antônio Cândido, que foi exposto para fins de demonstração contrastiva, é também um objeto histórico, na medida em que seu discurso traduz o modo como o grupo de pensadores de sua corrente — que já sofreu diversas vicissitudes através do tempo ao assumir dialeticamente suas contradições internas — olhavam os objetos da sua realidade, pensavam e, principalmente, escreviam sobre as relações

interpretação dos fenômenos do mundo histórico e social (p. 55). Assim se encontra revogada a linha divisória aristotélica entre duas “histórias” — a dos historiadores e dos poetas — a qual não separava somente a realidade e a ficção, mas também a sucessão empírica e a necessidade construída (p. 56). Não se trata, pois, de dizer que a “História” é feita apenas das histórias que nós nos contamos, mas simplesmente que a “razão das histórias” e as capacidades de agir como agentes históricos andam juntas. A política e as artes, tanto quanto os saberes, constroem “ficções”, isto é, rearranjos *materiais* dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer (p. 59) (RANCIÈRE, 2009, grifos do autor).

entre literatura e sociedade. A questão do discurso, da escrita e seus empregos sociais científicos ou culturais e os limites entre eles são também questões constantemente avaliadas pela micro-história:

A ênfase no caráter descontínuo, ambíguo e fragmentado das representações (e, do mesmo modo, da própria experiência humana), no caráter limitado e incompleto da sua “racionalidade”, complementam a crítica a certa forma de compreender a cultura, a linguagem e o significado, que seriam marcados por uma tendência a procurar a homogeneidade e a descrevê-la em termos normativos. O projeto da microanálise — da redução da escala de observação com o fim de explorar uma realidade não acessível de outra forma — apontava para uma maneira distinta e muito mais complicada de enxergar também o mundo dos significados. [...] Sem dúvida é uma preocupação fundamental nas discussões de Ginzburg, [...] que também se engajou no debate sobre os limites da história das representações e a necessidade de levar a sério o desafio daqueles que achavam por bem dissolver os limites entre história e ficção. (LIMA, 2009, p. 145-146)

A questão política complicadora da microanálise, histórica ou literária, não é o fato de o diálogo entre as criações individuais ser impossível entre os indivíduos e os historiadores ou literatos. A questão é de *suporte* e de *olhar*. Um Estado conservador e centralizador do conhecimento, bem como uma sociedade privada do aprendizado do ato de leitura e do texto — seja este as ações no mundo, as pessoas ou os livros —, impossibilitará, fatalmente, uma participação individual numa formulação e constituição política e histórica. A escritura, em particular, é a estrutura fixa que oferece à memória de qualquer um que possa escrever uma oportunidade de *concretizar* uma ideia, uma concepção de vida, símbolos, bem como é também a realização que dá a quem escreve a possibilidade de ser lido e de ter seu conhecimento compartilhado e questionado.

Por isso, talvez, Kafka tenha dito que *a literatura é mais assunto do povo do que da história literária* (DELEUZE; GUATTARI, 2003). Cada produção narrativa, poética, simbólica concerne a processos de crítica e recriação de sujeito para sujeito, e são inerentes não só à literatura, mas, por consequência, aos grupos, às comunidades, à sociedade e às suas histórias. A ciência teria, portanto, a responsabilidade e o dever ético de *agir* como leitora respeitosa destas multiplicidades e de fazer do conhecimento a herança das mediações feitas por ela.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Em Estado de Palavra: quando a história não consegue que se meta fora a literatura”. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos; e PIAZZA, Maria de Fátima Fontes (orgs.). *História e Arte – movimentos artísticos e correntes intelectuais*. Campinas, SP: Mercado de letras, 2011.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: DCL, 2005.

BRITO, Rosa Mendonça de. *O neokantismo no Brasil*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 1997.

BURCKHARDT, Jacob. Das três potências. In: *Reflexões sobre a história*. Tradução e notas de Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1961.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (Org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. Duas vezes - “A passagem do dois ao três”. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas cidades, 2002.

_____. De cortiço a cortiço. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1998.

COLLINGWOOD, R.G. A imaginação histórica. In: *A ideia de história*. 5.ed. Martins Fontes, 1981.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Kafka, por uma literatura menor*. Lisboa, Assírio & Alvim, 2003.

DETIENNE, Marcel. A memória do poeta. In: *Os mestres da verdade na Grécia Arcaica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda.2003.

FERNANDES, Cássio da Silva. “Delio Cantimori: um diálogo com a história da cultura”; LIMA, Henrique Espada. “Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje”; e GRENDI, Edoardo. “Paradoxos da história contemporânea”. In: OLIVEIRA, Maria Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de janeiro: Editora FGV, 2009.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como - Troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. In: *Revista Tempo*, v. 20, 2014, p. 01-20.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível – estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. 2ª Ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

REVEL, Jaques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jaques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZAGNI, Rodrigo Medina. Hermenêutica e História: A crítica de Gadamer e de Ricoeur à constituição da realidade histórica na hermenêutica de Dilthey. In: *Jus Humanum* – Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Cruzeiro Do Sul. São Paulo, v. 1, n. 2, jan./jun. 2012.